



PLANO DE AÇÃO 2014

(Plano de Desenvolvimento Social 2011-2014)

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO *EX-POST*

FICHA TÉCNICA

Título Plano de ação 2014. Relatório de avaliação *ex-post*

Autor Conselho Local de Ação Social de Santo Tirso

Data fevereiro de 2015

Edição Câmara Municipal de Santo Tirso

Divisão de Ação Social

Rua Dr. José Cardoso Miranda, n.º 18

4780-451 Santo Tirso

Telefone: 252 860 340

E-mail: redesocial@cm-stirso.pt

Índice

3	Siglas e Acrónimos
4	Nota introdutória
5	1. Área estratégica: redes de cooperação
	1.1. Apreciação global
	1.2. Ações previstas e não realizadas
	1.3. Ações previstas e realizadas
	2. Menos e mais: uma síntese da execução do plano
10	Considerações finais
11	Referências bibliográficas

Siglas e Acrónimos

AMP	Área Metropolitana do Porto
CLAS	Conselho Local de Ação Social
CMST	Câmara Municipal de Santo Tirso
CSF	Comissão Social de Freguesia
CSIF	Centro Social Inter-freguesias
CSF/IF	Comissão Social de Freguesia/Inter-freguesias
CSF-AR	Comissão Social de Freguesia de Além Rio
CSF-VA	Comissão Social de Freguesia de Vila das Aves
CSIF-AV	Centro Social Inter-freguesias das Arribas do Vizela
CSIF-VL	Centro Social Inter-freguesias do Vale do Leça
CSIF-ZN	Centro Social Inter-freguesias da Zona Nascente
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
PA	Plano de Ação
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
RS	Rede Social

NOTA INTRODUTÓRIA

O relatório que se segue corresponde à avaliação final do Plano de Ação (PA) da Rede Social (RS) de Santo Tirso para o ano de 2014, previsto no Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2011-2014¹, o qual, por sua vez, foi aprovado em sede de Conselho Local de Ação Social (CLAS). A exemplo das avaliações anteriores, trata-se de um momento de reflexão acerca da execução das suas ações, que visa contribuir para a redução dos efeitos dos obstáculos encontrados durante a sua execução, do mesmo modo que, conjuntamente com outros momentos de avaliação, deverá servir de trampolim para o ciclo de planeamento que se seguirá. A sua redação foi concluída em abril de 2014, tendo sido aprovado pelo CLAS de Santo Tirso em janeiro do mesmo ano.

Ao contrário dos anos de 2011, 2012 e 2013, o último ano deste ciclo de planeamento incidiu apenas numa única área de intervenção – redes de cooperação. Por força da atualização do diagnóstico social e do lançamento dos resultados definitivos dos Censos de 2011, o CLAS optou por atualizar o diagnóstico social em 2014, de modo a fundamentar o planeamento estratégico dos próximos anos. Foi nesse sentido que se afigurou pertinente lançar uma nova área estratégica relacionada com as parcerias e o trabalho em rede, deixando para 2015 a continuidade do trabalho planeado nas restantes áreas estratégicas, ainda que, na prática, o tecido institucional concelhio tenha mantido atividades que acabam por cimentar a concretização dos objetivos então propostos.

Tal como já tivemos oportunidade de referir em momentos de avaliação anteriores, o desenho de um plano representa um conjunto de intenções que pretendem atingir determinados objetivos. A sua operacionalização depende de vários fatores endógenos e exógenos, pelo que a redação de um relatório de avaliação como o que aqui apresentamos permite clarificar os desvios observados, sejam eles desvios desfavoráveis, sejam enriquecedores da atividade em questão. Para esse efeito, recorreremos à verificação de todos os indicadores de medida previstos na matriz de planeamento de cada área estratégica, com base nas respetivas fontes de verificação.

Nas páginas que se seguem apresentamos os resultados da única área estratégica definida para 2014, seguidos de um breve ponto em que daremos nota de algumas considerações finais e algumas sugestões para próximas atividades ou estratégias de planeamento.

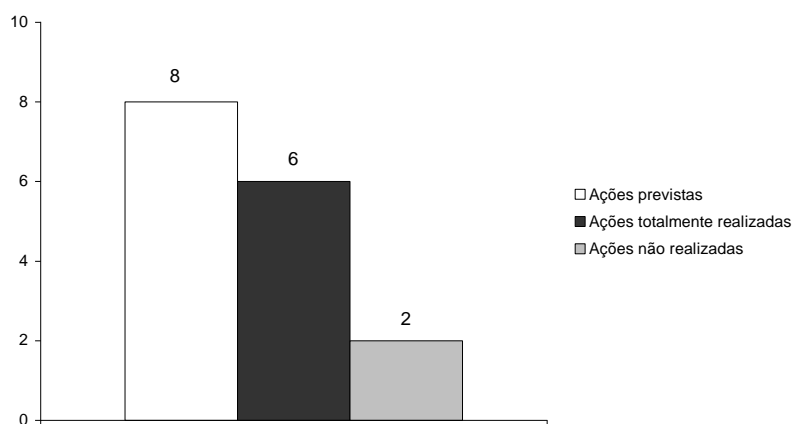
¹ A periodicidade inicial do PDS era de três anos (2011-2013). Foi decisão do Conselho Local de Ação Social alargar a sua vigência por mais um ano, mantendo os objetivos inicialmente formulados.

1. Área estratégica: redes de cooperação

1.1. Apreciação global

A primeira abordagem que fazemos remete-nos para o número de ações previstas no domínio das redes de cooperação. O gráfico 1 que se segue mostra que 6 das 8 ações (75%) foram totalmente realizadas. Não sendo um resultado totalmente satisfatório, estes primeiros números acabam por revelar uma intervenção positiva, que iremos apurar de seguida, com base nos indicadores de medida definidos para o efeito.

Gráfico 1: **Diferença observada entre o número de ações previstas e realizadas na área estratégica ‘redes de cooperação’**



1.2. Ações previstas e não realizadas

De um modo geral, pode dizer-se que a execução do plano decorreu com normalidade. Todas as ações previstas foram iniciadas, ainda que duas delas, com vimos, não tenham tido a continuidade desejada, facto que nos impossibilita de afirmar a sua realização. Referimo-nos, concretamente, à construção de uma base de dados do CLAS, por um lado, e à dinamização do mercado de arrendamento, por outro.

No primeiro caso, foram rentabilizadas as Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e Inter-freguesias (CSIF), solicitando-se a todas as entidades que preenchessem e devolvessem, num prazo previamente definido, um ficheiro com toda a informação necessária para a criação da primeira versão da base de dados. Pese embora toda a persistência que mantivemos com os presidentes das comissões sociais e até mesmo com as entidades de solidariedade social, não

conseguimos que o prazo fosse cumprido e, mesmo fora deste, apenas três comissões enviaram a informação solicitada: CSF de Santo Tirso; CSF de Vila das Aves; CSIF da Zona Nascente. Nos dois primeiros casos, porém, a informação que recebemos não contemplava todas as entidades que integram a comissão, ao mesmo tempo que os campos solicitados não foram, em alguns casos, devidamente preenchidos.

No segundo caso, foi solicitada pelo presidente do CLAS em todas as CSF e CSIF a realização de um levantamento das habitações disponíveis para arrendamento em cada freguesia do concelho. O objetivo era o de dinamizar o mercado de arrendamento, criando condições mais favoráveis para as famílias que recorrem a esta forma de habitação, com particular incidência na medida “subsídio ao arrendamento” da câmara municipal. Antecipando as dificuldades desta iniciativa, o prazo previsto inicialmente servia apenas como ponto de partida para um trabalho que se pretendia dinâmico e em permanente atualização. Não obstante, nenhuma das comissões sociais fez chegar qualquer informação, havendo pontualmente a indicação, em alguns casos, de que a ausência de informação se ficava a dever à dificuldade inerente ao diagnóstico em si.

Ambas as situações revestem-se de uma importância elevada para o desenvolvimento social do concelho, quer se trate de um plano mais teórico – base de dados –, quer se trate de um plano mais prático e de benefício direto para as famílias com dificuldades económicas – mercado de arrendamento. Por conseguinte, somos favoráveis à sua continuidade, as quais permitirão obter ganhos inegáveis para o concelho.

1.3. Ações previstas e realizadas

Quanto às demais ações previstas, a sua realização foi total, ainda que pontualmente se tenham observado alguns desvios face às metas definidas. Atentemos, por isso, em cada uma delas de forma mais pormenorizada.

Iniciando pela constituição e continuidade das CSF e das CSIF, estamos em condições informar que foram realizadas sessões plenárias em todas elas, de acordo com a reorganização administrativa do território, num total de seis reuniões. Foram criadas duas CSF...

- Além Rio (União de Freguesias de Areias, Sequeirô, Lama e Palmeira);
- Santo Tirso (União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães);

...e duas CSIF:

- Zona Nascente (União de Freguesias de Campo (S. Martinho), S. Salvador do Campo e Negrelos (S. Mamede));
- Vale do Leça (Agrela, Água Longa, Monte Córdova, Reguenga, União de Freguesias de Carreira e Refojos e União de Freguesias de Lamelas e Guimarei).

Mantiveram-se a CSF de Vila das Aves e a CSIF das Arribas do Vizela.

Ao longo do ano todas mantiveram o seu funcionamento, ainda que se tenha verificado um menor dinamismo da CSF de Santo Tirso, fruto, em grande medida, da diferença estratégica observada no processo de capacitação. Do mesmo modo, com a exceção da CSF de Santo Tirso, todas nomearam um(a) facilitador(a), ainda que na CSIF-VL o prazo delineado para o efeito não tenha sido cumprido, em resultado de um debate mais alargado sobre as vantagens da sua criação. Acresce que, pela primeira vez desde que estão em funcionamento com a implementação da Rede Social em Santo Tirso, todas elaboraram um plano de ação para 2014, que serviu de ponto de partida para um trabalho que se pretende, doravante, continuado e assente em princípios de diagnóstico e planeamento condizentes com a estratégia desenvolvida no CLAS.

Ainda no âmbito das CSF e das CSIF, foi planeado um processo de capacitação técnico-institucional, que lhes facilite uma aproximação ao trabalho em rede e às ferramentas de diagnóstico e planeamento utilizadas no CLAS. Este processo foi dividido em dois momentos complementares, que obtiveram diferentes graus de participação, de acordo com os dados ilustrados na tabela 1. Em termos gerais, observou-se um decréscimo do primeiro para o segundo momento de capacitação, mas as metas definidas neste plano de ação foram globalmente alcançadas. Não obstante, importa referir que a CSF de Santo Tirso não integrou este processo, considerando-se que deverá ser a própria comissão a definir uma estratégia de capacitação para o trabalho em rede.²

Outra das ações previstas para 2014 passou pela adoção de estratégias que pudessem chamar à Rede Social novos parceiros, não no sentido de aumentar o seu número apenas para efeitos meramente estatísticos, mas primordialmente pela existência de entidades que podem constituir uma mais-valia no trabalho do CLAS e das comissões sociais e que, até ao desenho deste plano, não faziam parte dela. Uma vez mais, as CSF e as CSIF foram o veículo utilizado para a promoção deste objetivo. Durante a vigência do prazo previsto, aderiram ao CLAS

² Sobre o processo de capacitação das CSF e das CSIF, *vd.* Monteiro; Santos (2014) e Monteiro; Santos (2014a), em que é possível aprofundar a análise do respetivo impacto junto do tecido institucional.

entidades de três comissões sociais, mas se considerarmos um período mais alargado, até ao final do ano, podemos contar já cinco comissões, num total de 16 novos membros. De fora em relação às metas previstas ficou a CSIF do Vale do Leça. No entanto, devemos salientar um aspeto importante e que se prende com a possibilidade de adesão de uma nova entidade sedeadada numa das freguesias que constituem esta comissão social; tal ainda não aconteceu porque essa entidade se encontra em fase de constituição, estando já previsto, no âmbito do plano de referida comissão, um trabalho de articulação que possibilite uma intervenção conjunta mais eficaz, já que o campo de atuação de uma cruza com o da outra.

Quanto à atualização do diagnóstico social do concelho e considerando a nova estratégia metodológica aprovada pelo CLAS, foram atualizados 6 dos sete cadernos temáticos, conforme podemos atestar pela leitura da tabela 1. O desvio constatado em relação ao caderno temático da saúde prende-se com o facto de a Câmara Municipal ter a decorrer a elaboração de um plano municipal de saúde, que facilitará a elaboração do respetivo caderno temático de diagnóstico. Por outro lado, não podemos deixar de afirmar a importância que os cadernos já aprovados assumem no desenvolvimento social do concelho, na medida em que constituem um base de trabalho fundamental para a decisão e aplicação de medidas de política social, bem como para a fundamentação das necessidades existentes, algumas das quais poderão inclusivamente dar forma a projetos candidatos aos fundos do atual quadro comunitário.

Por fim, no tocante aos mecanismos de articulação capazes de potenciar a intervenção junto de idosos isolados ou em situação de perigo, impõem-se destacar a criação de uma plataforma digital, disponibilizada através da internet aos parceiros diretamente implicados neste processo, com especial destaque para os bombeiros voluntários. Trata-se de uma plataforma gerida pela Segurança Social e para a qual são enviados contributos através de uma ficha de sinalização das situações conhecidas pelas forças de segurança, criada especialmente para este efeito. Tal como previsto, este processo, conduzido pelo Vereador do Pelouro da Coesão Social da Câmara Municipal de Santo Tirso e Presidente do CLAS, Dr. Alberto Costa, iniciou com uma reunião geral com todos os parceiros, seguida de duas sessões formativas relacionadas com a intervenção no terreno, com a sinalização dos casos conhecidos e com o funcionamento da referida plataforma. A elevada participação em todas elas revela a importância deste trabalho de articulação

Tabela 1: Área Estratégica: Redes de cooperação – resultados observados em dezembro de 2014*

Ação	Meta	Prazo	Responsabilidade	Grau de execução	Indicadores de realização
Constituir as novas CSF/IF e dar continuidade às CSF/CSIF anteriores	4 Novas CSF/IF criadas	Até fev.	CMST	Realizada	2 CSF criadas
	2 CSF/IF já existentes em funcionamento		Segurança social		2 CSIF criadas 1 CSF já existente em funcionamento
Dinamizar as CSF/IF	6 CSF/IF com planos de ação anuais elaborados	Até fev.	CSF/IF	Realizada	1 CSIF em funcionamento 3 CSF com plano de ação anual
	1 Interlocutor nomeado por cada CSF/IF	Até jun.			3 CSIF com plano de ação anual 2 CSF com facilitador 3 CSIF com facilitador
Capacitar as CSF/IF para o trabalho em rede	1 Sessão de capacitação para o trabalho em rede por CSF/IF	Entre abr. e nov.	CSF/IF	Realizada	1 Sessão de capacitação para o trabalho em rede por CSF/IF (total de 5 – exceção de CSF Santo Tirso)
	1 Sessão de capacitação sobre metodologia de diagnóstico e planeamento por CSF/IF		CMST		1 Sessão de capacitação sobre metodologia de diagnóstico e planeamento por CSF/IF (total de 5 – exceção de CSF Santo Tirso) Total de 44 participantes (62%) nas sessões de capacitação para o trabalho em rede (CSIF-ZN: 13 – 68,4%; CSIF-AV: 11 – 91,7%; CSIF-VL: 9 – 47,4%; CSF-VA: 7 – 46,7%; CSF-AR: 4 – 66,7%) Total de 36 participantes (50,7%) nas sessões de capacitação sobre metodologia de diagnóstico e planeamento (CSF-VA: 7 – 46,7%; CSIF-VL: 5 – 26,3%; CSIF-AV: 6 – 50%; CSIF-ZN: 12 – 63,2%; CSF-AR: 6 – 100%)
Promover a adesão de novos membros à Rede Social	Pelo menos 1 novo membro de todas as áreas territoriais das CSF/IF adere ao CLAS	Até jun.	CSF/IF	Realizada	16 Novos membros do CLAS (CSIF-ZN: 8; CSF-VA: 5; CSF-ST: 1; CSF-AV: 1; CSF-AR: 1)
	100% dos novos membros que aderiram ao CLAS aderem às respetivas CSF/IF				16 Novos membros das CSF/IF (100% dos que aderiram ao CLAS aderiram às respetivas CSF/IF)
Construir a base de dados da Rede Social	1 Levantamento de informação de todos os parceiros de cada CSF/IF para a base de dados concelhia da Rede Social efetuado	Até mar.	CMST	Não Realizada	Não se aplica
	1 Base de dados com informação dos parceiros da Rede Social disponível para consulta	Até dez.	CSF/IF		Não se aplica
Atualização do diagnóstico social	7 Cadernos temáticos elaborados (enquadramento, demografia, habitação, saúde, emprego, educação e ação social)	Até dez.	CMST	Realizada	6 Cadernos temáticos elaborados: Abertura e enquadramento; Recortes sociodemográficos; Condições de habitabilidade; Tecido educativo; Atividade económica, emprego e formação; Vulnerabilidades e recursos sociais)
Dinamizar o mercado de arrendamento	1 Levantamento das habitações disponíveis para arrendamento em cada CSF/IF	Até mar. (de caráter contínuo)	CMST CSF/IF	Não Realizada	Não se aplica
Criar mecanismos de articulação entre as forças de segurança, bombeiros, INEM, segurança social e câmara municipal para a sinalização eficaz de idosos isolados ou em situação de perigo	Pelo menos 1 reunião efetuada com as forças de segurança, bombeiros, segurança social e câmara municipal para definição de estratégias de intervenção	Até mai.	CMST	Realizada	3 Reuniões com todos os parceiros (1 geral com todos os parceiros; 2 de formação com os elementos dos bombeiros)
	Ficha de sinalização de idosos criada		Segurança Social		1 Ficha de sinalização criada
	Base de dados de idosos isolados criada e disponibilizada para consulta aos parceiros intervenientes				1 Plataforma digital on-line criada

* Todas as siglas e acrónimos utilizados nesta tabela encontram-se descritos na listagem respetiva, apresentada na página 4 deste relatório.

2. Menos e mais: uma síntese da execução do plano

Como seria de esperar e a exemplo do que acontece em qualquer plano, seja de que área for, ao longo do caminho vão surgindo alguns obstáculos que dificultam a operacionalização dos objetivos propostos e o alcance das metas definidas. Em paralelo, emergem aspetos positivos que dão razão de ser ao plano, tornando mais sólida a intervenção efetuada e motivando a preparação de intervenções ulteriores.

De acordo com a avaliação que efetuamos e entre os aspetos menos positivos, destacamos:

- Taxa relativamente baixa de participação dos parceiros das CSF e CSIF nas sessões de capacitação;
- Diminuição da taxa de participação entre o primeiro e o segundo momento da capacitação das CSF e CSIF;
- Reduzida colaboração dos parceiros do CLAS, por via das CSF e CSIF, na construção da base de dados;
- Extensão do plano face ao tempo disponível para o seu cumprimento, tornando-se apenas exequível com recurso a trabalho extraordinário.

No que diz respeito aos aspetos positivos, destacamos:

- Envolvimento generalizado dos parceiros – com destaque para os responsáveis da Câmara Municipal, que preside à Rede Social, e para os presidentes das CSF e CSIF – no sucesso e fortalecimento da estrutura de parceria e no desenvolvimento social do concelho;
- Alargamento do CLAS, que é hoje mais representativo do tecido institucional concelhio do que era há um ano;
- Articulação entre os parceiros envolvidos na ação relacionada com a intervenção junto dos idosos isolados ou em situação de perigo, que constitui em si uma boa prática do tipo de sinergias a criar em prol dos mais vulneráveis.

Considerações finais

O plano de ação de 2014, cuja avaliação retratamos nestas páginas, não fez parte integrante do PDS 2011-2013, que, como observamos na nota introdutória, só posteriormente foi decidido alargar a sua vigência por mais um ano. Com efeito, devemos encarar a sua execução como um novo ponto de viragem para a consolidação do trabalho em rede em Santo Tirso, que complementa a estratégia conduzida ao longo dos últimos anos nas restantes áreas estratégicas de intervenção. Ao promover as ferramentas necessárias de diagnóstico e planeamento, bem como as plataformas de entendimento e as bases de trabalho necessárias à promoção do desenvolvimento social, a sua emergência e, estamos em crer, a sua continuidade, constituem um mecanismo facilitador de iniciativas que, a curto ou médio prazo, visam minimizar o impacto dos processos de exclusão social.

O alto grau de execução (75%) das ações previstas e os indicadores de medida que tivemos oportunidade de analisar mostram-nos, por um lado, que o traçado definido é o correto, mas evidenciam, por outro, que permanecem algumas dificuldades, as quais, do nosso ponto de vista, apenas devem constituir um fator de motivação adicional para um crescente empenho e envolvimento dos parceiros neste processo.

Concretamente, a análise dos resultados apurados levam-nos a sugerir as seguintes pistas de intervenção:

- Manter a construção de uma base de dados partilhada por todos os parceiros da Rede Social. Trata-se de uma ferramenta que reunirá informação da maior importância para o desenvolvimento social do concelho, não apenas do ponto de vista institucional, mas também na ótica do utilizador comum, que poderá aceder a informação do seu interesse de uma forma simples, rápida e sistematizada. No âmbito da avaliação que aqui apresentamos, foi já possível ter conhecimento de que se encontra a ser discutida a possibilidade de a Área Metropolitana do Porto (AMP) criar uma base de dados comum a todos os municípios, com recurso a financiamento comunitário. Mas por uma ou por outra via, a sua construção parece-nos da mais elementar importância para o concelho de Santo Tirso.
- Articular esforços para a dinamização do mercado de arrendamento. Sendo uma iniciativa que visa obter ganhos diretos nas condições de vida das famílias, esta é uma medida de elevada importância. A sua não execução em 2014 não deverá constituir um

motivo de desistência; antes, dever-se-ão apurar as causas do insucesso desta ação e, com base no combate às mesmas, definir uma estratégia capaz de a conduzir a bom porto. Considerando que plano de ação de 2015, já elaborado no momento em que redigimos este relatório, aponta a realização de sessões de sensibilização para a necessidade de se encontrarem respostas habitacionais no âmbito das dependências e dos sem-abrigo, com recurso às CSF e às CSIF (CLAS: 2014g: 37-38), pensamos que esse poderá constituir um ponto de partida para o que acabamos de afirmar.

- Dar continuidade ao trabalho promovido com as CSF/CSIF. Manter uma estrutura de parceria de maior proximidade às populações locais afigura-se de primordial importância no combate a situações de pobreza e de exclusão social. Esta é uma necessidade ainda mais significativa se considerarmos que as comissões sociais foram capacitadas para o trabalho em rede, quer do ponto de vista do apoio direto às situações de maior vulnerabilidade, quer do ponto de vista da promoção de um trabalho sustentado e devidamente planeado. As CSF e as CSIF revelam-se, portanto, um excelente órgão de proximidade que pode ser potenciado e rentabilizado em prol das famílias com maiores dificuldades, nomeadamente através da implementação de iniciativas de cariz prático e objetivo resultantes de permanentes atualizações dos diagnósticos locais. A este propósito, estamos já em condições de informar que a Câmara Municipal irá promover o atendimento descentralizado dos seus serviços sociais por todas as freguesias do concelho, destacando um(a) técnico(a) para atendimento social. Esta iniciativa poderá, portanto, convergir com a necessidade apontada em cima, com a particularidade de se poderem criar sinergias entre os(as) técnicos(as) da autarquia, os(as) presidentes de junta de freguesia e os(as) facilitadores(as) das várias comissões sociais.
- Atualizar os cadernos temáticos de diagnóstico. O atual desenho do diagnóstico social permite ajustar o seu conteúdo à mutação social que vai decorrendo ao longo do tempo, através de revisões aos vários cadernos temáticos. Manter esta ferramenta dinâmica e atualizada constitui uma mais-valia para a intervenção social do concelho, seja numa lógica operacional, seja no âmbito estratégico.

Referências bibliográficas

Conselho Local de Ação Social de Santo Tirso (2014) – *Diagnóstico Social de Santo Tirso. Cadernos temáticos. Abertura e Enquadramento*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2014a) – *Diagnóstico Social de Santo Tirso. Cadernos temáticos. Recortes sociodemográficos*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2014b) – *Diagnóstico Social de Santo Tirso. Cadernos temáticos. Condições de habitabilidade*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2014c) – *Diagnóstico Social de Santo Tirso. Cadernos temáticos. Tecido educativo*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2014d) – *Diagnóstico Social de Santo Tirso. Cadernos temáticos. Atividade económica, emprego e formação*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2014e) – *Diagnóstico Social de Santo Tirso. Cadernos temáticos. Vulnerabilidades e recursos sociais*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2014f) – *Plano de ação 2013. Relatório de avaliação ex-post*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2014g) – *Plano de Desenvolvimento Social 2015-2020*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social

– (2013) – *Plano de ação 2012. Relatório de avaliação on-going*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2011a) – *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Santo Tirso 2011-2013*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

MONTEIRO, Daniela; SANTOS; Rui (2014) – *Trabalhar em rede nas Comissões Sociais de Freguesia e Inter-freguesias. Síntese descritiva dos resultados da aplicação de um questionário exploratório da rede Social de Santo Tirso*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

MONTEIRO, Daniela; SANTOS; Rui (2014a) – *Contributos para o trabalho em rede nas comissões sociais de freguesia e inter-freguesias. Relatório de avaliação das sessões de capacitação realizadas na Rede Social de Santo Tirso*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.